Câmara Municipal de Santo André

Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal faz saber que o Plenário, em sessão realizada no dia 30 de junho de 2020, aprovou e, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do artigo 23 da Lei Orgânica do Município de Santo André, promulga a seguinte:
RESOLUÇÃO № 2, DE 30/6/2020

Art.1º Fica instituída, no âmbito da Câmara Municipal de Santo André, a Escola do Legislativo, com o objetivo de oferecer suporte conceitual de natureza técnicoadministrativa às

atividades legislativas e afins. Parágrafo único A Escola do Legislativo fica denominada como "Escola do Legislativo Vereador José Nanci". Art. 2º São objetivos específicos da Escola do Legislativo: I - oferecer aos parlamentares e aos servidores da Câmara
 Municipal de Santo André suporte conceitual e treinamento para a elaboração de leis e para o exercício das atividades profissionais das áreas administrativa e legislativa;

- promover a realização de cursos de ambientação aos novos vereadores, diretores e assessores parlamentares no nício de cada Legislatura;

III - oferecer aos servidores e aos profissionais terceirizados conhecimentos básicos para o exercício de funções diversas dentro do Legislativo e fora dele, quando em atividades voltadas para o público ao qual servem;

voltadas para o publico ao qual serverir, IV - qualificar os servidores nas atividades de suporte técnico-administrativo ampliando a sua formação em assuntos legislativos desenvolver ações de educação para a cidadania, visando a aproximação da sociedade ao parlamento municipal, principalmente a comunidade estudantil, como forma de

colaborar com a realização de atividades parlamentares e desenvolver programas e atividades específicas objeti-

vando a formação e a qualificação de lideranças comu-nitárias e políticas; /II - estimular a pesquisa técnico-acadêmica voltada ao Legislativo, em cooperação com outras instituições públicas

ou privadas: planejar e organizar eventos sobre temas de reper-

cussão na sociedade que contribuam para a educação políti-ca e o aprimoramento da prática legislativa; IX - integrar e gerenciar convênios, especialmente com o Senado Federal, com a Câmara dos Deputados; com as Assembleias Legislativas; com as Câmaras Municipais; com os Executivos Municipais, Estaduais e Federal; com as asso-ciações; com as entidades de classe; com os órgãos dos Poderes da União; com os Tribunais de Contas; com o

Ministério Público; com as universidades; com as facul-dades; com as escolas técnicas e com as escolas de cursos dades; coni as escolas tecnicas e com as escolas de canada de qualificação profissional, propiciando, entre outras ativi-dades conjuntas, a participação de servidores e agentes políticos em videoconferências, treinamentos a distância e a realização de cursos de capacitação técnica e de cursos presenciais de formação acadêmica ou pós-acadêmica; X - manter atividades de cooperação e intercâmbio com o Poder Legislativo em seus diversos níveis no Brasil, e com instituições de ensino e de pesquisa, escolas e universi instituições de ensiño e de pesquisa, escolas e dinversi-dades, propiciando, entre outras atividades conjuntas, a par-ticipação de parlamentares, servidores e agentes políticos em treinamentos a distância;

em treinamentos a distância;
XI - ser agente de capacitação de vereadores e servidores de outras Câmaras Municipais e instituições, no umprimento de compromissos firmados com instituições parceiras;
XII - desenvolver as ações do Memorial da Câmara e incentivar a realização,a elaboração e o desenvolvimento de projetos na área da história e memória política do município de Santo André;
XIII - manter uma biblioteca legislativa com um banco de informações e referências bibliográficas (publicações, teses, monografias, dissertações, entre outros) que tratem de questões e assuntos atinentes à política e legislação brasileira; XIV - informar e capacitar a comunidade em temas afins às

XIV - Informar e capacitar a comunidade em emas amb ac atividades institucionais do Poder Legislativo; XV - desenvolver ações motivacionais, por meio de palestras, atividades e políticas de relações humanas; XVI - desenvolver atividades de treinamento, capacitação e

Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal faz saber que o Plenário, em sessão realizada no dia 30 de junho de 2020, aprovou e, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do artigo 23 da Lei Orgânica do Município de Santo André promites a sequinte:

ndré, promulga a seguinte: RESOLUÇÃO Nº 3, DE 30/6/2020 estrutura e c

Art. 1º Esta Resolução disciplina a estrutura e o funcionamento da Ouvidoria Legislativa da Câmara Municipal de Santo André, nos termos do parágrafo único do art. 3º, da Lei Municipal nº 10.013, de 17 de novembro de tado pela Lei Municipal nº 10.281, de 13 de

2017, acrescentado pela Lei Municipal nº 10.281, de 13 de janeiro de 2020. Parágrafo único A Ouvidoria Legislativa tem como objetivo a interlocução com a sociedade civil, constituindo-se em un canal aberto para o recebimento de solicitações, pedidos de informações, reclamações, sugestões, críticas, elogios e quaisquer outros encaminhamentos da sociedade civil, desde que relacionados às suas atribuições e compretências Art. 2° Compete à Ouvidoria Legislativa da Câmara

competencias.
Art. 2º Compete à Ouvidoria Legislativa da Câmara Municipal de Santo André:

I - receber, analisar, encaminhar e acompanhar as manifestações da sociedade civil dirigida à Câmara Municipal;

II - organizar os canais de acesso do cidadão à Câmara Municipal;

III - orientar os cidadãos sobre os meios de formalização de manifestações dirigidos à Ouvidoria Legislativa;

IV - fornecer informações, material educativo e orientar os cidadãos quando as manifestações não forem de competência da Ouvidoria Legislativa da Câmara Municipal;

V - responder aos cidadãos e entidades quanto às providências adotadas em face de suas manifestações;

VI - auxiliar a Câmara Municipal na tomada de medidas necessárias à regularidade dos trabalhos ou sanar violações, ilegalidades e abusos constatados; e

VII - auxiliar na divulgação dos trabalhos da Câmara Municipal, dando conhecimento dos mecanismos da participação social.

Municipal, dando conhecimento dos mecanismos da participação social.

Art. 3º A Ouvidoria Legislativa da Câmara Municipal de Santo André será coordenada por um Ouvidor, designado pelo Presidente da Mesa Diretora, dentre os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, com formação em nível superior, através de Portaria.
§1º Em seus afastamentos, ausências e impedimentos será designado um suplente.
§2º Pelo desempenho da função de Ouvidor, o servidor receberá a gratificação de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da classe 6 (seis) da Tabela de Vencimentos FC-I, nos termos do art. 50, IV, da Lei Municipal nº 10.281, de 13 de janeiro de 2020.

Art. 4º O Ouvidor, para o exercício de suas funções, terá as seguintes prerrogativas:

I – requisitar informações às unidades e servidores da Câmara Municipal; el II— solicitar documentos necessários aos desenvolvimentos de suas atribuições, por intermediário da Presidência da

III— solicital documentos de sua stribuições, por intermediário da Presidência da Câmara Municipal. \$1° As unidades administrativas e os servidores públicos da Câmara Municipal terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis para responder às solicitações encaminhadas pela Ouvidoria Legislativa, prazo este que poderá ser prorrogado, por igual período, em função da complexidade do assunto. \$2° O descumprimento do prazo ou a ausência de resposta deverá ser comunicado ao Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal. Art. \$9° São atribuições do Ouvidor:

I - exercer suas funções com independência e autonomia, visando garantir o direito de manifestações dos cidadãos;

II — recomendar a correção de procedimentos administrativos;

 sugerir, quando cabível, a adoção de providência ou apuração de atos considerados irregulares ou ilegais; IV- determinar de forma fundamentada, o encerramento de manter o sigilo, quando solicitado, sobre os dados dos

usuários dos serviços da Ouvidoria Legislativa

LEI Nº 10.320, DE 1º DE JULHO DE 2020 O Presidente da Câmara Municipal de Santo André, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 46, parágrafo 7º da Lei Orgânica do Município de Santo André, pro-

muiga a seguinte lei:
PROJETO DE LEI CM N° 113/2019
AUTOR: VEREADOR RODOLFO SILVA DONETTI RODOLFO DONETTI - CIDADANIA.
AUTORIZA INSTITUIR NO MUNICIPIO DE SANTO ANDRÉ A OBRIGATORIEDADE PARA EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS OU PERMISSIONÁRIAS OU OPERAM COM CABEAMENTO AÉREO NOVOS PROCEDIMENTOS QUE LIMPE, ADEQUE E ELIMINEM FIOS EXCEDENTES NOS POSTES DO MUNICÍPIO DE SANTO JANDRÉ

A Câmara Municipal de Santo André decreta:

Art. 1º Ao Poder Executivo Municipal, fica autorizado a instituir no município de Santo André, a obrigatoriedade para as

empresas, concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, empresas estatais e prestadoras de serviços que operam com cabeamento aéreo (fiação) a: identificar os cabos existentes, no prazo de 90 (noventa)

dias, a contar da data de publicação desta lei; realizar o alinhamento dos fios nos postes, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de publicação

III - retirar os fios excedentes, sem uso e demais equipa-mentos inutilizados até 90 (noventa) dias após a publicação

Parágrafo único. Nos casos de emergência envolvendo o cabeamento aéreo, as providências deverão ser realizadas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da con-statação do risco e/ou do recebimento de notificação do

órgão municipal competente. Art. 2º Aplica-se o disposto nesta lei à rede de energia elétri-, cabos telefônicos, banda larga, televisão a cabo e semelhados ou outro serviço, por meio de rede aérea. Art. 3º Os novos projetos de instalação que vierem a sei executados após a regulamentação desta lei deverão conte

Parágrafo único. As instalações executadas após a data da publicação desta lei deverão ser vistoriadas pelas empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos empresas estatais e prestadoras de serviços que operan com cabeamento aéreo (fiação) no município de André a cada 6 (seis) meses, a contar da data da instalação sendo que os fios excedentes sem uso e demais equipa

mentos inutilizados deverão ser retirados em até 15 (quinze) Constatado o descumprimento do disposto no art desta lei, as empresas nele mencionadas serão notif cadas a promover as adequações necessárias ao cumpri mento das obrigações no prazo de 30 (trinta) dias, pror-rogável por igual período a critério da autoridade fiscal-izadora, contados a partir da data do recebimento da notifi-

cação, ressalvados os casos de emergência em que o prazo fica reduzido para 24 (vinte e quatro) horas, a partir da data da constatação do risco e/ou do recebimento de notificação do órgão municipal competente Art. 5º As empresas, concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, empresas estatais e prestadoras de serviços que operam com cabeamento aéreo (fiação) no município de Santo André ficam obrigadas a realizar

manutenção, conservação, remoção e substituição de postes de concreto ou madeira que se encontrar em estado recário ou sem isolamento, tortos, inclinados ou em desu o, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Santo André ou para os consumidores. § 1º Em caso de substituição de poste, fica a empresa responsável obrigada a notificar as demais empresas que

utilizam o poste como suporte de seu cabeamento, a fim de que possam realizar o realinhamento dos cabos e dema equipamentos ou a retirada dos cabos e demais equipa ntos inutilizados

§ 2º A notificação de que trata o § 1º deste artigo deverá ocorrer com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para a substituição dos poste

Para anunciar é só ligar

de ambientação organizacional dos servidores em estágio

probatório; XVII - desenvolver ações de preparo e programas de aposentadoria dos servidores; XVIII - promover a valorização humana dos servidores, proporcionando bemestar e qualidade de vida, por meio de

ações e atividades. **Art. 3º** A Escola do Legislativo é diretamente subordinada à Mesa Diretora da Câmara Municipal de Santo André. Parágrafo único A Escola do Legislativo terá autonomia organizativa, pedagógica e didática no planejamento, na execução e na avaliação de seus cursos, palestras e

programas. Art. 4º A Escola do Legislativo contratará seu corpo docente em caráter temporário, para a realização dos cursos,

palestras e programas. §1º A contratação de professores para prestação de serviços diretamente à Escola do Legislativo fica condicionada à comprovação prévia de formação acadêmica e de experiência profissional nas áreas afetas aos cursos,

palestras e programas. §2º Os servidores da Câmara Municipal de Santo André poderão integrar o corpo docente da Escola do Legislativo, podendo, ministrar cursos ou treinamentos periódicos ou esporádicos para atender as atividades da Escola do

Legislativo. § 3º O corpo discente é constituído pelos servidores públicos, entidades, estudantes, instituições de ensino e comu-nidade em geral, regularmente inscritos nas atividades ofer-

ecidas pela Escola do Legislativo.

Art. 5º A Escola do Legislativo funcionará em princípio nas dependências da Câmara Municipal de Santo André, podendo também realizar atividades em locais externos dentro do Município, a serem definidos mediante convênios

ou parcerias. Art. 6º A Escola do Legislativo tem a seguinte estrutura rganizacional: - Presidência;

III - Coordenação Pedagógica e de Projetos; IV - Conselho Geral. Parágrafo único. As funções administrativas, conforme estru-

tura organizacional proposta no caput deste artigo serão desenvolvidas em regime de colaboração, respectivamente

pelos seguintes agentes: I - Presidência: pelo Presidente da Câmara Municipal; Direção: por servidor da Câmara Municipal designado

pelo Presidente; III - Coordenação Pedagógica e de Projetos: por servidor da

Carnara
Municipal designado pelo Presidente;
IV - Conselho Geral: por um membro da Mesa Diretora do

Legislativo, designado pelo Presidente; pelo Diretor Geral; pelo Diretor Administrativo; por um Assessor Especial da Presidência e pelo Diretor da Escola do Legislativo. Art. 7º As funções e atividades administrativas de que trata esta Resolução são consideradas de relevante interesse

público e não serão remuneradas.

publico e nao serao femuneradas. Art. 8º A Mesa Diretora, no prazo de até 90 (noventa) dias, instituirá o Regimento Interno da Escola do Legislativo. Art. 9º Para atender as despesas decorrentes desta Resolução serão usados recursos próprios do orçamento vigente, suplementados se necessario. Art. 10 Esta Resolução entra em vigor na data de sua pub-

licação. Câmara Municipal de Santo André, 30 de junho de 2020,

no da fundação da cidade. PEDRO LUÍZ MATTOS CANHASSI BOTARO Presidente
Registrado e digitado na Coordenadoria de
Comunicações Administrativas na mesma data, e publicado. JAIR EMÍDIO BARBOSA Diretor Geral Proc. CM nº 7060/2019

IGS

VI - promover estudos e pesquisas objetivando o aprimoramento da prestação de serviços da Ouvidoria - solicitar à Presidência da Câmara o encaminhamento

VII – solicitar a Presidencia da Carinara o ericaminimamento de procedimento às autoridades competentes;
VIII – solicitar informações quanto ao andamento de procedimentos iniciados por ação da Ouvidoría Legislativa;
IX – elaborar relatório de gestão mensal e anual das atividades da Ouvidoría Legislativa, para encaminhamento ao Presidente da Mesa Diretora, disponibilizando-os para conhecimente de addese:

ao Presidente da Mesa Diferora, disponibilizarios da Conhecimentos dos cidadãos; X – incentivar e propiciar aos servidores da Ouvidoria Legislativa oportunidades de capacitação e aperfeiçoamento suas atividades

de suas atividades; XI – propor ao Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal a celebração de convênios ou parcerias com entidades afins e de interesse da Ouvidoria Legislativa; XII – propor ao Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal a elaboração de palestras, seminários e eventos técnicos com temas relacionados às atividades da Ouvidoria

tecricos com temas relacionados as atividades da Ouvidoria Legislativa.

Art. 6º Salvo motivo devidamente justificado, a Ouvidoria Legislativa encaminhará resposta conclusiva em até 20 (vinte) dias úteis a contar de seu recebimento, as manifestações que lhe forem enviadas, e em até 30 (trinta) dias úteis quando a demanda necessitar de encaminhamentos e respostas de outros órgãos da Administração, admitindo-se a prorrogação desses prazos, por igual período, quando a complexidade do assunto, sendo o cidadão devidamente informado sobre a prorrogação.

Art. 7º A Câmara Municipal de Santo André garantirá o acesso do cidadão à Ouvidoria Legislativa, por meio de canais de comunicação ágeis e eficazes, pela internet, ininterruptamente, no endereço eletrônico da Câmara Municipal de Santo André, junto ao Protocolo Geral localizado na Praça IV Centenário, nº 02 – Centro Cívico – Santo André/SP – CEP 09040-905, sem prejuízo do acesso para fins de orientação por telefone ou qualquer meio de comunicação.

fins de orientação por telefone ou qualquer meio de comunicação.

Art. 8° Do Registro das manifestações recebidas pela Ouvidoria Legislativa deverá constar o número do RG, do CPF, endereço e meios de contato do interessado.

Art. 9° São canais de comunicação, recebidas pela Ouvidoria Legislativa, o Serviço de Informação ao Cidadão SIC, em atendimento ao disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), e o "Fale Conosco", que a partir desta Resolução, passa a ser um canal único e centralizado.

Art. 10 A Câmara Municipal de Santo André dará ampla divulgação da existência da Ouvidoria Legislativa e suas respectivas atividades pelos meios de comunicação utilizados pela Casa Legislativa.

Art. 11 A Ouvidoria Legislativa manterá sigilo sobre denúncias e reclamações que receber, bem como sobre sua fonte, assegurando a proteção dos usuários, quando for o caso, ou quando for solicitado.

Art. 12 A Mesa Diretora assegurara a Uuvidoria Legislatuva o apoio físico, técnico e administrativo necessário ao desempenho de suas atividades e proporcionará ao Ouvidor, oportunidades de capacitação e aperfeiçoamento para o desenvolvimento de suas atividades.

Art. 13 As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão por conta das dotações orçamentárias arrônrias sunlementadas se necessário.

próprias, suplementadas se necessário.

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor na data de sua pub-

licação. Câmara Municipal de Santo André, 30 de junho de 2020, 467º ano da fundação da cidade. PEDRO LUÍZ MATTOS CANHASSI BOTARO

Presidente
Registrado e digitado na Coordenadoria de
Comunicações Administrativas na
mesma data, e publicado.
JAIR EMÍDIO BARBOSA
DIFECTO GORGIA Diretor Geral Proc. CM nº 2991/2020 IGS

§ 3º No caso de substituição de poste motivada por situação de emergência, caracterizada pela situação de risco à saúde e à segurança de terceiros e de instalações, a empresa responsável fica obrigada a notificar imediatamente as demais empresas que utilizam o poste como suporte de seu cabeamento, a fim de se eliminarem os riscos. § 4º Havendo substituição de poste, as empresas notificadas

êm o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para regularizar a situação de seus cabos e demais equipamentos.

Art. 6º O compartilhamento da faixa de ocupação deve ser feito de forma ordenada e uniforme, de modo que a instalação de um ocupante não utilize pontos de fixação ou inva-da a área destinada a outros, bem como o espaço de uso exclusivo das redes de energia elétrica e de iluminação pública, conforme dispõem as normas técnicas vigentes da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Parágrafo único. O uso dos postes compartilhados não

podem comprometer a segurança de pessoas e instalações, os níveis de qualidade e a continuidade dos serviços prestados aos usuários. Art. 7º As fiações devem ser identificadas e instaladas sep-

aradamente, com o nome do ocupante, salvo quando o desenvolvimento tecnológico permitir compartilhamento. Parágrafo único. A identificação da fiação deve ser feita a vão entre postes.

cada vão entre postes.

Art. 8º Fica a empresa estatal ou concessionária ou permissionária do serviço público de distribuição de energia elétrica obrigada a enviar mensalmente ao Poder Executivo, relatório das notificações realizadas com base nesta lei, bem como do comprovante de recebimento pela empresa

notificada.

Art. 9º Os custos decorrentes do disposto nesta lei serão suportados pelas empresas, concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, empresas estatais e prestadoras de serviços que operam com cabeamento aérec (fiação) no município de Santo André, ficando vedada qual

quer cobrança dos consumidores.

Art. 10 As empresas que trabalham prestando os serviços na citados deverão possuir um cesto coletor em todos os veículos, não podendo deixar nenhuma sobra de material ou resto de fiação em via pública, nem mesmo deixar resto de cabos amarrados em postes, contudo o não cumprimento do exposto neste artigo sofrerá a medida administrativa descrita no Art. 11, II desta lei.

Art. 11 O infrator estará sujeito às seguintes medidas: I - notificação para sanar a irregularidade no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período a critério da autori-

multa de 1.000 (mil) Unidades Financeiras Municipais (UFMs), recolhida ao órgão autuador ou a outro designado pelo Executivo Municipal; e - proibição temporária de funcionamento, em caso de apresentar iminente risco à população, até que efetivamente se comprove a adequação a esta lei.

§ 1º Em caso de reincidência, a autoridade competente poderá aplicar em dobro a multa referida no inc. Il do caput § 2º Em caso de ser aplicada multa, seu pagamento não desobriga o infrator de sanar as irregularidades existentes. § 3º A não retirada ou o lançamento de resíduos oriundos de cabos e fiação aérea nas vias públicas ou em lugares em

desacordo com as normas vigentes, resultará na aplicação das multas descritas no art. 62 do Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008. Art. 12 O Poder Executivo regulamentará a presente lei con tada da data de sua publicação. Câmara Municipal de Santo André, 1º de julho de 2020, 467º

PEDRO LUIZ MATTOS CANHASSI BOTARO Presidente
Registrada e digitada na Coordenadoria de
Comunicações Administrativas e publicada.
JAIR EMIDIO BARBOSA

Diretor Geral Processo eletrônico nº 4318/2019 IGS/. ▼ Editais Forenses

EXTRATO DE PORTARIAS 9ª Vara Cível do Foro da Comarca de Santo André/SP EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO № 1021372-Nº 293/2020 – CONCEDE 15 dias de férias regulamentares, no período de 6 a 20/7/2020, à ANA PAULA GUIMARAES CRISTOFI, "Assistente Jurídico Legislativo"; № 294/2020 - CONCEDE 30 dias de férias regulamentares no período de 2 a 31/7/2020, a THIAGO DE ARAÚJO CRUZ, exercendo a transão gratificada de "Cheta do Núclea III. 48.2018.8.26.0554. O MM. Juiz de Direito da 9º Vara Cível, do Foro de Santo André, Estado de São Paulo, Dr. SIDNEI VIEIRA DA SILVA, na forma da Le etc. FAZ SABER a **FABIANO APARECIDO BALTAZAR ME**, CNP. CONCEDE 30 das de l'entar l'egularientares l'opidio de 2 a 31/7/2020, a THIAGO DE ARAUJO CRUZ, exercendo a função gratificada de "Chefe de Núcleo II - Apoio Legislativo", № 295/2020 — CONCEDE 15 dias de férias regulamentares, no período de 15 a 29/7/2020, a MAURI-CIO GUERRA GONÇALVES, exercendo a função gratificada de "Assistente de Gabinete de Vereador"; № 296/2020 — DESIGNA, a servidora MICHELI RANGEL ALBU-QUERQUE, "Técnico Legislativo — Administrativo para, a contar de 19/7/ 2020, exercer a função de confiança de "Chefe de Núcleo II - Folha de Pagamento"; № 297/2020 — REVOGA, a partir de 19/7/2020, os efeitos da Portaria nº 399, de 2018, que designou VITOR SBRANA ARCAS, "Técnico Legislativo — Administrativo para desenvolver atividades de apoio administrativo para desenvolver de 19/7/2020, os efeitos da Portaria nº 338, de 2018, que designou EDSON DE BARROS OLIVEIRA, "Técnico Legislativo — Administrativo" para exercer a função de confiança de "Chefe de Núcleo II — Administrativo da Presidência"; № 299/2020 — DESIGNA, RODRIGO GOMES DE OLIVEIRA, "Técnico Legislativo — Administrativo de Presidência"; № 299/2020 — DESIGNA, RODRIGO GOMES DE OLIVEIRA, "Técnico Legislativo — Administrativo de para de confiança de 14.042.031/0001-10 FABIANO APARECIDO BALTAZAR. CP BANCO BRADESCO S A EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para, **em (15) dias, paga** a **quantia** reclamada na inicial, caso em que ficará liberado das custas e dos nonorários advocatícios ora fixados em 10% do valor do débito (§ 1º do art nonoranos advocaticos ora tixados em 10% do valor do debito (§ 1º do art. 1102c); ou, apresentar(em) defesa, na forma de embargos, independente da segurança do Julzo, caso em que ficará suspensa a eficacia do mandado inicial, prosseguindo-se pelo rito ordinário (art. 1102c, § 2º). Não oferecidos os embargos ou rejeitados os opostos, constituir-se-á de pleno direito o fítulo executivo judicial e converter-se-à de pleno direito o mandado inicial em mandado executivo (CPC, art. 1102c) e prosseguindo-se na forma do Livro I, Titulo VIII, Capítulo X do Código de Processo Civil (conforme nova redação rada pela la is nº 1132 de 2005). NADA MAIS dada pela Lei nº 11.232, de 2005). NADA MAIS.

Administrativo" para, a contar da data de publicação deste ato, desenvolver atividades de apoio administrativo junto a Diretoria Geral, percebendo, a título de gratificação o valor correspondente a 15% do valor da classe 1, nível A, da tabela de vencimentos IV, conforme capitulo VI — Das Gratificações, artigo 50, item III da Lei 10.013, de 23/11/2017, modificada pela Lei nº 10.052, de 7/5/2018; Nº 300/2020 — DESIGNA, VITOR SBRANA ARCAS, "Técnico Legislativo - Administrativo", Classe 1, Grau C, Tabela III da Lei nº 9.843, de 3 de junho de 2016 e modificações posteriores, para, a contar da data de publicação deste ato, exercer a função de confiança de "Chefe de Núcleo II— Administração da Presidência", Classe 2, Tabela FC-I da Lei nº 10.281, de 13 de janeiro de 2020; Nº 301/2020 — DESIGNA, servidor público para exercer a função gratificada de

IGNA, servidor público para exercer a função gratificada de Ouvidor Legislativo da Câmara Municipal de Santo André. O

Presidente da Mesa Diretora no uso de suas atribuições egais, e tendo em vista o disposto na Resolução nº 3, de

legais, e tendo em vista o disposto na Resolução nº 3, de 30/6/2020, RESOLVE: Art. 1º Designar o servidor público EDSON DE BARROS OLIVEIRA, para coordenar a Ouvidoria Legislativa da Câmara Municipal de Santo André, nos termos do caput do art. 3º, da Resolução nº 3 de 30/6/2020. Art. 2º Pelo desempenho da função de Ouvidor, o servidor receberá a gratificação prevista no art. 50, IV, da Lei Municipal nº 10.013, de 17/11/2017, acrescentado pela Lei Municipal nº 10.281, de 13/1/2020, nos termos do §2º, do Art. 3º, da Resolução nº 3, de 30/6/2020. Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Câmara Municipal de Santo André, 1º de julho de 2020, 467º ano da fundação da cidade.

ano da fundação da cidade. OSMAR DE ALMEIDA

Diretor de Administração CRC 215284/O-7

LEI Nº 10.321, DE 1º DE JULHO DE 2020

O Presidente da Câmara Municipal de Santo André, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 46, parágrafo 7º da Lei Orgânica do Município de Santo André, pro-

PROJETO DE LEI CM Nº 139/2019
AUTOR: EDILSON DE OLIVEIRA SANTOS - EDILSON
FUMASSA - PSDB.
AUTORIZA O EXECUTIVO A CRIAR NO PARQUE INCLUSIVO ANTONIO FLAQUER IPIRANGUINHA, ÁREAS DESTINADAS AO LAZER A SEREM UTILIZADAS POR
CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE
REDUZÍDA.
A Câmara Municipal de Santo André decreta.
Art. 1º Eica o Poder Executivo autorizado a criar no Parque

Art. 1° Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Parque

Antônio Fláguer Ipiranguinha, áreas destinadas ao lazer a serem utilizadas por crianças com deficiência, com mobili

Parágrafo único Serão instalados brinquedos acessíveis e adaptados, desenvolvidos para o lazer, recreação ou trata

nento de reabilitação de crianças com deficiência que tam

bém poderá ser usado por crianças saudáveis. Art. 2° Para os efeitos desta lei considera-se pessoa com

deficiência aquela que apresenta, em caráter permanente perda ou redução de sua estrutura ou função anatômica isiológica, psicológica ou mental, que gerem incapacidade para certas atividades, dentro do padrão considerado nor-

Art. 3º O parque deverá oferecer acessibilidade, para

garantir o livre acesso de todas as pessoas, com ou sem deficiência, obedecendo aos padrões da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Brasileira de Normas Tecnicas - ABNT. Art. 4º Deverão ser afixadas placas indicativas com a seguinte informação: "Dispõe de brinquedo(s) para crianças com deficiência e/ou mobilidade reduzida".

Parágrafo único Os brinquedos devem estar devidamente

Art. 5º A instalação de brinquedos que trata o §1º do art. 1º poderão ser ampliados para outros parques do Município. Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta lei cor rerão por conta de dotações orçamentárias próprias, suple

Art. 7° Fica o Poder Executivo autorizado a buscar formas e incentivo para custear as despesas oriundas das adap

dações exiginas riesta els. Art. 8° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Câmara Municipal de Santo André, 1º de julho de 2020,

no da fundação da cidade. PEDRO LUIZ MATTOS CANHASSI BOTARO

Presidente Registrada e digitada na Coordenadoria de Comunicações Administrativas e publicada. JAIR EMÍDIO BARBOSA

Diretor Geral
Processo eletrônico nº 5546/2019
IGS/.

LEI Nº 10.311, DE 14 DE MAIO DE 2020 O Presidente da Câmara Municipal de Santo André, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 46, pará-gratos 5º e 7º, da Lei Orgânica do Município de Santo

André, promulga a seguinte Lei: NCISO IV DO ARTIGO 10 VETADO PELO EXMO. SR PREFEITO DO MUNIÇÍPIO E MANTIDO PELA CÂMARA

MUNICIPAL AO AUTÓGRAFO Nº 28, DE 2020, CUJA PARTE PROMULGADA SE CONSUBSTANCIA NA LEI Nº 10.311, DE 14 DE MAIO DE 2020.

IV - 01 (um) representante da Câmara Municipal de

Câmara Municipal de Santo André, 1º de julho de 2020, 467º ano da fundação da cidade.

ano da fundação da cidade.
PEDRO LUIZ MATTOS CANHASSI BOTARO Presidente Registrado e digitado na Diretoria Administrativa na mesma data, e publicado. JAIR EMIDIO BARBOSA

Diretor Geral Proc. 563/2020

Cecília de Fátima Castanheira Sacheto, CPF: 155.200.268-31, RG: 19748588, Rua Cairo, 151, Vila Metalurgica - CEP 09220-170, Santo André-SP qualificada

nos presentes autos, requereu a interdição de Cecília Castanheira Sacheto, CPF: 157.489.248-70, RG: 11547969, Rua Cairo, 151, Vila Metalurgica - CEP 09220-170, Santo André-SP, natural de Cerqueira César - SP, onde nasceu aos 27/08/1942, filha de Jose Dias Castanheira e de Codeta Cicardia.

Odete Giacomini Castanheira (viúva de Jose Carlos

Odete Giacomini Castanheira (viúva de Jose Carlos Sacheto com quem foi casada sob o regime da comunhão de bens, em 25/11/1957 em Itapuf - SP, conforme assento de casamento nº 3532, livro nº B 20, fl. 58, lavrado no Cartório de Registro Civil de Itapuí - SP), alegando, em síntese, que o(a) mesmo(a) é portador(a) do Mal de Alzheimer, estando impedido(a) de reger sua própria pessoa, não tendo quem o(a) represente nos atos da vida civil. Requereu sua nomeação como curador(a) do(a) interditando(a). Com o pedido inicial, vieram os documentos de fls. 07/22. Nomeado(a) o(a) requerente para exercer o cargo de curador(a) provisório(a) do(a) interditando(a) (fls. 30/31). Designada data para a realização de perícia médica a fls. 59. Laudo às fls. 73/82. No laudo apresentado, o(a) mesmo(a) é portador(a) de síndrome demencial moderada avançada, sendo a doença mais provável a Doença de Alzheimer, com início em 2013 segundo histórico. Encontras totalmente dependente de terceiro para a sua sobrevivência e incapaz de forma permanente para todos os atos fas vida civil Nos terros de art. 752, 8,2 46 Nove. CEC

vivência e incapaz de forma permanente para todos os atos da vivência e incapaz de forma permanente para todos os atos da vida civil. Nos termos do art. 752, § 2º do Novo CPC, houve a manifestação da Defensoria Pública. Parecer do DD. Promotor de Justiça Cível às fls. 106/107. É o relatório, no essencial. DECIDO. DEFIRO o pedido inicial e reconsesses inspeciedad contribus de la presenciada (o Costilio

eço a incapacidade relativa do(a) requerido(a) Cecília Castanheira Sacheto, CPF: 157.489.248-70, RG

l 1547969, para a prática de atos negociais, tais quais os aludidos pelo art. 1.782, do CC: emprestar, transigir, dar

quitação, alienar, hipotecar demandar ou ser demandado, e

praticar, em geral, os atos que não sejam de mera adminis-tração, por isso para representa-lo(a) tão só na prática desses atos e mesmo assim mediante prévia provocação e autorização judicial, nomeio-lhe curador(a) Cecilia de

Fátima Castanheira Sacheto, requerente, supra qualificada

Anuncie Aqui

4435-8000

DIĀRIO DO GRANDE ABC

▼ Editais Forenses

ra Municipal de Santo André decreta:

nalizados e com uma adequada estrutura de acesso.

nal para o ser humano.

nentadas se necessário

ações exigidas nesta lei.

lade reduzida ou alterações sensoriais e intelectuais.

mulga a seguinte lei:

PROJETO DE LEI CM N° 139/2019

dministrativo" para, a contar da data de publicação deste

7ª VC - Santo André. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1013504-53.2017.8.26.0554. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Civel, do Foro de Santo André, Estado de São Paulo, Dr(a). Márcio Bonetti, na forma da Lei, etc.. FAZ SABER a MARLUCE FERREIRA FERREIRA, CPF. 814, 628.162-15, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Instituição Paulista Adventista de Educação e Assistência Social - Região Adm Paulistana, para cobrança de R\$ 12.040,61 (Abril//2017), decorrentes das mensalidades vencidas nos meses de Janeiro a Dezembro de 2016 do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais firmado entre a partes. Encontrando-se a requerida em lugar ignorado, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias úteis, a fluir após os 20 dias supra conteste o feito, sob pena de confissão e revelia, ficando advertida, nesta última hipótese, da nomeação de curador(a) especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Nada mais

Para Assinar 4435-8010

▼ Prefeitura Municipal de Santo André

DECRETO Nº 17.424, DE 01 DE JULHO DE 2020 Regulamenta os procedimentos internos relativos à uti-lização e destinação dos bens imóveis públicos e dá outras providências. Paulo Serra, Prefeito do Município de Santo André, Estado de São Paulo, no uso e gozo de suas atribuições legais, considerando o que consta dos autos do Processo Administrativo nº 24.907/2019, Decreta Capítulo I - Da Utilização e Destinação dos Bens Imóveis Públicos - Art. 1º Este decreto regulamenta os procedi mentos internos relativos à utilização e destinação dos homo iméricios úblicas e alizanda os executação dos bens imóveis públicos, aplicando-se aos órgãos da Administração Direta e Indireta. Parágrafo único. São considerados procedimentos internos relativos aos bens imóveis públicos os processos administrativos que disponnam sobre pedidos de desmembramento, engloban administrativo, alienação, permissão de uso, doação concessão de uso de bens imóveis públicos. Capítulo II Da Instrução do Processo Administrativo - Art. 2º Os ped dos de utilização, bem como os procedimentos relativo ao desmembramento, englobamento administrativo, alien ação, permissão, doação e concessão de uso de bens imóveis públicos tramitarão, obrigatoriamente, em proces so administrativo específico. Art. 3º Os processos admin so administrativo especifico. Art. 3º Os processos administrativos deverão ser instruídos, minimamente, com os seguintes documentos: I - requerimento padrão devidamente preenchido com a justificativa para desmembramento, englobamento administrativo, alienação ou permissão de uso de bens imóveis públicos; II - peça gráfica, como mapa ou planta da área, contendo a localização precisa do involvi. III - principais caragár (ricas fejera de cisa do imóvel; III - principais características físicas do imóvel, discriminando o nome do logradouro para o qual imover, discriminando o nome do logradouro para o qual faz frente; IV - planta de implantação do projeto, permitindo a análise preliminar de conformidade com o Plano Diretor e a legislação de uso, ocupação e parcelamento do solo. Capítulo III - Da Alienação, Doação, Permissão e Concessão de Direito Real de Uso Dos Bens Imóveis Públicos - Art. 4º O processo administrativo deverá ser paramiplado ao Departamento de Desenvolvimento e encaminhado ao Departamento de Desenvolvimento e Projetos Urbanos - DDPU da Unidade de Planejamento e Assuntos Estratégicos para as seguintes providências: I verificação da origem da área; II - consultas internas qua to à documentação da área; III - consulta aos dema setores da Administração Direta e Indireta sobre eventual nteresse na utilização da área. § 1º Verificado o desinter-sese expresso pelos órgãos da Administração Direta e ndireta referente à utilização da área e, inexistindo óbices elativos aos demais quesitos, o processo será encamin nado para a Comissão Especial de Avaliação para avali hado para a Comissão Especial de Avaliação para avaliação do bem imóvel público e, após, à Secretaria de Assuntos Jurídicos para prosseguimento quanto à formalização da minuta da legislação pertinente. § 2º Caso haja interesse de algum órgão da Administração Direta e Indireta na utilização do bem imóvel público ou óbices relativos à documentação que impeçam o prosseguimento do pedido, a área requisitante deverá ser informada e o processo arquivado. Art. 5º Após a publicação da lei ou do docoste afoatola à villização a destinação de hom imóv decreto, referente à utilização e destinação do bem imóv el público, o processo administrativo deverá retornar a Unidade de Planejamento de Assuntos Estratégicos para os seguintes encaminhamentos: I - Departamento Desenvolvimento e Projetos Urbanos, para anotações no Banco de Dados de Áreas Públicas; II - Encarregatura de

Patrimônio, do Departamento de Apoio Administrativo, da Secretaria de Inovação e Administração, para as anotações no banco de dados; III - Encarregatura de Cadastro Fiscal e Imobiliário, do Departamento de Tributos, da Secretaria de Gestão Financeira, para anotações no Banco de Dados Municipal - BDM. Capítulo IV - Do Banco de Dados Municipal - BDM. Capitulo IV - Do Desmembramento e Englobamento - Art. 6º Nos casos de desmembramento e englobamento, não havendo óbices para a regular tramitação, a Unidade de Planejamento e Assuntos Estratégicos encaminhará o processo adminis-trativo para a Encarregatura de Cadastro Fiscal e Imobiliário, do Departamento de Tributos da Secretaria de Cestão Eigançaira, para prosequimento, visando a for-Imobiliário, do Departamento de Tributos da Secretaria de Gestão Financeira, para prosseguimento, visando a formalização do registro no sistema BDM, correção do desenho do lote e fornecimento de nova classificação fiscal da área objeto do pedido. Capítulo V - Disposições Finais e Transitórias - Art. 7º Concluídas as etapas descritas nos artigos 5º e 6º deste decreto, o processo será encaminhado para as demais providências, aos seguintes órgãos: I - Gerência de Informações ao Planejamento, do Departamento de Desenvolvimento e Projetos Urbanos. da Unidade de Planejamento e Planejamento, do Departamento de Desenvolvimento e Projetos Urbanos, da Unidade de Planejamento e Assuntos Estratégicos, para atualização dos dados e desenho do lote referente à nova classificação fiscal no banco de dados de áreas públicas do município; II - Encarregatura de Patrimônio, do Departamento de Apoio Administrativo, da Secretaria de Inovação e Administração, para atualização dos dados no prontuário da área pública; III - Gerência de Contabilidade, do Departamento Econômico Financeiro, da Secretaria de Gestão Financeiro, para atualização dos bens patrimoni-Gestão Financeira, para atualização dos bens patrimoniais com a nova classificação fiscal: IV - área requisitante ais com a nova classificação fiscal; IV - área requisitante, para ciência da autorização e providências relativas à uti-lização e destinação do bem imóvel público. Art. 8º Compete ao Departamento de Desenvolvimento e Projetos Urbanos - DDPU a manifestação e deliberação quanto à viabilidade do pedido em todos os processos administrativos relativos à utilização e destinação dos bens imóveis públicos. § 1º Quando houver interesse por mais de uma área sobre o mesmo bem imóvel público, o DDPU informará se áreas e promoverá reunião objetivos. mais de uma área sobre o mesmo bem imóvel público, o DDPU informará as áreas e promoverá reunião objetivando acordo entre as mesmas. § 2º Após a reunião e definido o órgão da Administração Direta ou Indireta que fará uso do bem imóvel público o processo seguirá o pedido depois de verificada sua inviabilidade, e o processo administrativo será encaminhado pelo DDPU à área propularento para cibrais o a más ao acruivo Art. 08º so administrativo será encaminhado pelo DDPU à área requerente para ciência e, após, ao arquivo. Art. 9º Havendo óbices sanáveis para a regular tramitação do processo administrativo, a área requerente será comunicada para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente solução ou justificativa para a continuidade do pedido, sendo que na ausência de manifestação, o processo será arquivado. Art. 10. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação. Prefeitura Municipal de Santo André, 01 de julho de 2020. Paulo Serra - Prefeito Municipal - Pedro Henrique Ruiz Sepo - Superintendente da Unidade de Henrique Ruiz Seno - Superintendente da Unidade de Planeiamento e Assuntos Estratégicos - Cajo Costa e Paula - Secretário de Assuntos Jurídicos - Registrado e digitado na Enc. de Expediente e dos Atos Oficiais, na mesma data e publicado. Ana Claudia Cebrian Leite -

Nos termos do caput do art. 5º da Lei 8.666/93 justifica Nos termos do caput do art. 5º da Lei 8.666/93 justifica-se a quebra da Ordem Cronológica de Pagamento para quitação de débitos em favor de: Air Liquide Brasil Ltda: R\$ 130,00; Argus Industrial Manutenção E Serviços Eireli: R\$ 860,10; Asservo Multisserviços Ltda: R\$ 909.613,78; Brasoftware Informatica Ltda: R\$ 71.928,26; Cin Comunicação Integrada Limitada-Epp: R\$ 525.346,65; Companhia de Gás de São Paulo Comgas: R\$ 5.194,54; Companhia de Sapamento Rásico do Estado de São Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo-Sabesp: R\$ 465.460,74; DC Distribuição e Comércic de Produtos Eireli - Me: R\$ 1,489,20: Diario do Grande Ab S/A: R\$ 25.302,30; Diastur Turismo Ltda: R\$ 548.800,00; Digital Locação e Comércio de Equipamentos de Impressão Ltda: Epp: R\$ 69,55; DJ & 3V Comércio e Sistemas Reprográficos Eireli-Epp: R\$ 2,384,61; Eicon Controles Inteligentes de Negócios Ltda: R\$ 280.000,00; Eigenpresa Brasileira de Correios e Telegrafo:R\$ 2.666,48; Fergavi Comercial Ltda Epp: R\$ 16.000,00; Fig Incorporadora e Construtora Eireli-Epp: R\$ 250.304,47; Gepan Auto Pecas Ltda Epp: R\$ 30.302,51; Inbraterrestre Industria e Comércio de Materiais de Segurança Ltda: R\$ 736.185,00; Inmov-Inteligência em Movimento Ltda: R\$ 50.833,33; Ipsis Sistemas de Controle Ltda: R\$ 73.822,00; O Caldeira Cía Ltda: R\$ 2.610,00; Lello Print Brasil Comercial Eireli-Epp: R\$ 33.755,40; Marcelo das Neves Pires Transportes-Me: R\$ 3.640,00; MAS Construções e Empreendimentos Ltda: R\$ 125.000,00; MAS Construções S/A: R\$ 25.302,30; Diastur Turismo Ltda: R\$ 548.800,00 Empreendimentos Ltda: R\$ 125.000,00; Master-Micro Cor e Assis Tec em Equip de Microf Ltda-Me:R\$ 5.900,00; Menegatti Solucoes Software Ltda: R\$ 855.00; Nec Consultoria e Administração de Beneficios Eireli-Epp: R\$ 20.445.37: Net Telecom Informatica Ltda: R\$ 119.275.00: 20.445,37; Net relecom informatica Ltda: H\$ 119.275,00 Santo André Transportes-SAtrans: R\$ 113.547,58; Servicc Municipal de Saneamento Ambiental de Santo Andre Semasa: R\$ 78,48; Tekcom-Importadora de Autopeça: Ltda Epp:R\$ 2.062,19; Telefel Telecomunicações Epp:R\$ 40.170,40; Telefonica Brasil S/A: R\$ 32.918,86 por se tratarem de despesas inerentes à manutenção do bom funcionamento da Administração Pública Municipal e dos serviços por ela prestados e vez que o atraso no paga mento, nos termos do art. 78, inc. XV da Lei 8666/93, ense ja a suspensão dos serviços, podendo causar sério transtornos à Administração Pública e aos munícipes.

Edital de chamamento público 05/2020 - PA 11161/2020 A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, no exercício de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal 7.671, de 18 de junho de 1998, regulamentada pelo Decreto Municipal 14.487, de 13 de março de 2000, bem como dos elementos instrutórios do PA 42723/2019, faz saber a todos os interessados que, objetivando o implemento do Programa Pet Parque, que tem por objetivo o concurso da sociedade para implantação e instalação de Pet Parque no Parque Antônio Fláquer Ipiranguinha, convoca as pessoas jurídicas interessadas a firmarem Termo Cooperativo, tendo particidas interessadas a limitatem lerim Cooperativo, tenico como contrapartida a veiculação de publicidade dos coop eradores, mediante a fixação de placas no local, e nos materiais publicitários alusivos ao Programa. Ficam os inter essados cientes de que deverão manifestar seu intento para objetivo acima descrito no dia 09 de julho de 2020 às 10h00, junto ao Departamento de Proteção e Bem Estar Animal, sito Praça IV Centenário, 01 – 5° andar, Centro onde se dará o recebimento das ofertas, instruídas com os seguintes documentos: Cópia do estatuto, contrato social ou ato constitutivo, de acordo com a natureza jurídica do coop erador, acompanhada do respectivo CNPJ, Procuração o nstrumento particular com firma reconhecida para compro vação dos poderes do representante legal. Fabio Picarelli

PORTARIA Nº 050, DE 30.06,2020 - GABINETE - Processo Administrativo nº 1.550/2005. O Prefeito do Município de Santo André, no uso de suas atribuições legais e em cor formidade com o art.169 da Lei nº 8.696, de 17 de dezem bro de 2004, alterada pela Lei nº 9.394, de 05 de janeiro de 2012, regulamentada pelo Decreto nº 15.176, de 23 de fevereiro de 2005, alterado pelo Decreto nº 15.883, de 13 de abril de 2009, e considerando a Resolução nº 18 - CMPU e o Decreto nº 17.194, de 14 de junho de 2019, Resolve: Ari 1º Substituir os seguintes membros do Conselho Municipa de Política Urbana - CMPU, biênio 2020-2021: I Representante do Governo Municipal: Giovana Cano da Costa pela senhora Roberta Rissardi Todesco, como titular ntante da Secretaria de Habitação e Regularizaçã Fundiária. II - Representantes da Sociedade Civil: II.I Representantes do Segmento dos Movimentos Sociais lelton Alves da Costa pela senhora Luana Gomes Lima como titular e Luana Gomes Lima pelo senhor Silvio Teixeira Cardoso, como suplente, representantes de sindicatos de trabalhadores. Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Prefeitura Municipal de Santo André, 30 de junho de 2020. Paulo Serra - Prefeito Municipal.

PORTARIA N.º 022.07.2020 - DGCM O Comandante da Guarda Civil Municipal de Santo André, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Artigo 22, Inciso I. alínea "b", item 5, do Estatuto da Guarda Civi Municipal – Lei Municipal nº 10.037/17, Considerando as disposições da Lei Federal 10.826/2003, do Decreto Federal 5.123/2004 e da Instrução Normativa n.º 131/2018 PF resolve: CONCEDER, nos termos do Convênio com a Polícia Federal n.º 019/2018, a contar desta data, o porte de arma de fogo funcional aos seguintes servidores do Quadro

27.075-0 43.958-4 Simone - Diretor-Comandante Vincenzina de DGCM/SSC/PSA

DECRETO № 17.423. DE 01 DE JULHO DE 2020 -DECRETO № 17.423, DE 01 DE JULHO DE 2020 - Prorroga o prazo previsto no Decreto nº 17.343, de 03 de abril de 2020, que dispõe a suspensão temporária dos contratos administrativos firmados com o Município de Santo André, e dá outras providências. Paulo Serra, Prefeito do Município de Santo André, Estado de São Paulo, no uso e gozo de suas atribuições legais, considerando o Decreto nº 17.317, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública, de importância internacional, decorrente do Coronavírus, no Município de Santo André; considerando o Decreto nº 17.322, de 19 de março de 2020, que declara Decreto nº 17.322, de 19 de março de 2020, que declara ituação de emergência em todo o Município de Santo André para fins de prevenção e enfrentamento do Coronavírus e estabelece outras providências; considerando o Decreto nº 17.335, de 23 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública no Município de Santo André para enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus, reconhecido pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo conforme Decreto Legislativo nº 2.495 de 31 de março de 2020; considerando a Recomendação Administrativa feita pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio e Saúde Pública, da cidade e comarca de Santo André - SP; considerando o disposto no parágrafo único do art. 8º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; considerando a significativa queda na arrecadação no André para fins de prevenção e enfrentamento do 1993; considerando a significativa queda na arrecadação no exercício de 2020 devido à pandemia decorrente do Coronavírus; considerando a Recomendação exarada pelo Excelentissimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Doutor Edgard Camargo Rodrigues, que consignou: "O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO recomenda aos gestores e responsáveis pelo emprego de verbas públicas que, diante das anômalas e urgentes necessidades no combate ao Covid-19 e atendipelo emprego de verbas públicas que, diante das anómalas eu urgentes necessidades no combate ao Covid-19 e atendimento às pessoas, busquem redefinir sua programação e rotinas de gastos, especialmente os elegíveis, de molde a reservar e priorizar os recursos orçamentários para os setores de saúde e assistência social. Vale lembrar que o generalizado decréscimo da atividade econômica implicará em forte redução no ingresso dos tributos diretos e indiretos, por isso exigindo atenção, empenho, criatividade e, acima de tudo, solidariedade. O Tribunal de Contas do Estado conhece seus jurisdicionados e reconhece seu Estado conhece seus jurisdicionados e reconhece seu enso de responsabilidade que, mais que nunca, estará presente."; considerando, ainda, o que consta dos autos do Processo Administrativo nº 8.878/2020, Decreta: Art. 1º Fica prorrogado, até 30 de setembro de 2020, o prazo previsto no Decreto nº 17.343, de 03 de abril de 2020, que dispõe no Decreto nº 17.343, de 03 de abril de 2020, que dispote sobre a suspensão temporária dos contratos administrativos firmados com o Município de Santo André, e dá outras providências. Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 17.419, de 30 de junho de 2020. Art. 3º Este decreto entre em vigor na data de sua publicação. Prefeitura Municipal de Santo 30 de junho de 2020. Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação. Prefeitura Municipal de Santo André, 01 de julho de 2020. Paulo Serra - Prefeito Municipal - Caio Costa e Paula - Secretário de Assuntos Jurídicos - Registrado e digitado na Enc. de Expediente e dos Atos Oficiais, na mesma data e publicado. Ana Claudia Cebrian Leita - Chefa de Gebigato. Leite - Chefe de Gabinete

Gerência de Contratos - Secretaria de Assuntos Jurídicos Pç IV Centenário, 1, 13º andar, sl. 06 / Termo Aditivo nº 088/20 – Processo nº 47.086/2016 – Contratada: Centro Radiológico Andreense S/C Ltda - 4º Termo Aditivo ao ontrato nº 325/17-PJ para proceder à prorrogação contratual por mais 12 meses a partir de 06/09/2020. - Valor R\$363.660,00 - Vigência: 12 meses - Assinatura: 01/07/2020. / Termo Aditivo nº 091/20 - Processo nº 47.088/2016 - Contratada: Centro Radiológico Andreense S/C Ltda - 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 321/17-P.I para prorrogar o prazo contratual por mais 12 meses a partir de 30/08/2020. - Vigência: 12 meses - Assinatura: 01/07/2020. Termo Aditivo nº 093/20 - Processo nº 31.701/2019 Contratada: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda - 1º Fermo Aditivo à Ata de Registro de Preços Nº 429/19-GC para proceder ao realinhamento de preco do Item 41 -. Midazolam 5 mg/ml, passando-se o valor unitário de R\$ 3,20 para R\$ 21,00. Assinatura: 01/07/2020.

PORTARIA № 023.07.2020 Cria o Servico de Inteligência e Contra Inteligência no âmbito do Departamento da Guarda Civil Municipal de Santo André e dá outras providências. A Comandante da Guarda Civil Municipal de Santo André, em onformidade com o disposto no Artigo 22, Inciso I, alínea b", item 5, do Estatuto da Guarda Civil Municipal - Lei Municipal nº 10.037/17. Art. 1º Fica instituído o Servico de Inteligência e Contrainteligência - SIC, da Guarda Civil Municipal de Santo André, vinculado ao Gabinete do Comando da GCM, da Secretaria de Segurança Cidadã. Parágrafo único. O Serviço de Inteligência e Contrainteligência - SIC passa a ser regulamentado por esta Portaria. RESOLVE: criar o Serviço de Inteligência e Contrainteligência subordinado ao Gabinete do Comando Santo André, 01 de julho de 2020. VINCENZINA DE SIMONE DIRETORA/COMANDANTE DGCM/SSC/PSA.

Secretaria de Assuntos Jurídicos Gerência de Compras e Licitações – I http://e-compras.santoandre.sp.gov.br Comunicado. Edital 007/20 - SAJ. Pregão Presencial Proc. 44882/2019. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de Apoio Técnico-Operacional e Assistência Pedagógica para o desenvolvimento e execução, por meio de ações complementares de aprendizagem junto aos equipamentos educacionais do município ertencentes aos Centros Educacionais de Santo André (CESAs), conforme descrição e quantidades do Anexo II. Comunicamos aos interessados que fica reprogramada a presente licitação para o dia 15/07/2020 às 14h30. Local: Prédio do Executivo, 13º andar – sala 08.

▼ Prefeitura Municipal de Santo André

DECRETO Nº 17.422, DE 01 DE JULHO DE 2020 - Dispõe sobre a abertura de crédito na Secretaria de Gestão Financeira. Paulo Serra, Prefeito do Município de Santo André, Estado de São Paulo, no uso e gozo de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 7º, 8º, 9º e 12 da Lei nº 10.272, de 17 de dezembro de 2019; considerando o que consta dos autos do Processo Administrativo nº 22.996/2019, Decreta: Art. 1º Fica aberto na Secretaria de Gestão Financeira o seguinte crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), à seguinte dotação constante dos quadros "Programa de Trabalho" e "Natureza da Despesa", integrantes da Lei nº 10.272, de 17 de dezembro de 2019, a saber:

60.10.04.306.0064.2.178 | Fornecimento de Merenda 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 10.000.000.00 Art. 2º O crédito aberto pelo art. 1º deste decreto será coberto com recurso proveniente da anulação das seguintes dotações no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), constantes dos quadros "Programa de Trabalho" e "Natureza da Despesa", integrantes da Lei nº 10.272, de 17 de dezembro de 2019, a saber: 2.275.218,11 60.10.04.365.0061.2.168 Atendimento às Unidades Escolares 339030 - Material de Consumo 339030 - Material de Consumo 60.10.12.361.0060.2.168 Atendimento às Unidades Escolares 60.10.12.365.0061.2.176 Atendimento às Unidades Escolares - Educação Infantil 339030 - Material de Consumo 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 60.40.12.361.0067.2.168 Atendimento às Unidades Escolares 1.000.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação. Prefeitura Municipal de Santo André, 01 de julho de 2020. Paulo Serra - Prefeito Municipal - Edson Salvo Melo - Secretário de Gestão Financeira - Caio Costa e Paula - Secretário de Assuntos Jurídicos - Registrado e digitado na Enc. de Expediente e dos Atos Oficiais, na mesma data e publicado. Ana Claudia

4435-8159